



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE ESCLARECIMENTOS SOBRE O EDITAL DEPEN Nº 01/2025

Às 15h:00m horas do dia 03/04/2025, na plataforma Teams, por meio do link: "https://teams.microsoft.com/dl/launcher/launcher.html?url=%2F_%23%2F%2Fmeetup-join%2F19%3Ameeting_NTg4NjM5ZjQtZjY0Yi00NDk3LTk1MTktMzE3YTlZNDZjODRm%40thre ad.v2%2F0%3Fcontext%3D%257b%2522Tid%2522%253a%2522e5d3ae7c-9b38-48de-a087-f6734a287574%2522%252c%2522Oid%2522%253a%252252751715-4385-4d1c-9582-bb6135c27ec4%2522%257d%26anon%3Dtrue&type=meetup-join&deeplinkId=71bc7426-8ca9-4ca2-9b31-fab7977be193&directDl=true&msLaunch=true&enableMobilePage=true&suppressPrompt=true", realizou-se a sessão pública de esclarecimentos do Processo de Seleção Pública para celebração de Termo de Parceria, em atendimento ao item 5.3 do Edital DEPEN Nº 01/2025.

A sessão pública iniciou-se com a fala de representante da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp), **Sr(a). Maristela Esmério de Andrade Pessoa**, Diretora de Trabalho e Produção, que fez a abertura e informou sobre a dinâmica da reunião:

Toda a sessão será registrada em ata e publicada no mesmo link de disponibilização dos documentos do edital, qual seja: <https://depen.seguranca.mg.gov.br/component/content/article/oscip?catid=2&highlight=WyJvc2Np cCJd&Itemid=101>

- Todos os presentes deverão se apresentar no chat da reunião informando NOME / ÓRGÃO OU ENTIDADE QUE REPRESENTA;

- Os questionamentos poderão ser feitos na ordem em que os participantes acionarem a ferramenta "levantar a mão".

Dando início às perguntas, foram solicitados esclarecimentos conforme descrição abaixo:

Questionamento 1: Enéas Alessandro da Silva Melo - Instituto Minas Pela Paz

– No item 5.1, do ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA, o que seria a pesquisa de salário ser emitida 12 meses anteriores a data de publicação do edital?

Resposta: Amanda Moura Farnezi - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - Seplag/MG – No momento de celebração da parceria serão definidos os valores de salário da equipe a ser contratada pela OSCIP e, para tal definição, deve-se utilizar essa pesquisa de salários para demonstrar os valores praticados no mercado, na região onde será executada a parceria, no caso o Estado de Minas Gerais. A pesquisa será apresentada no momento de celebração pela entidade vencedora da seleção pública para demonstrar qual é o valor mínimo e máximo de salário praticado no Estado de Minas Gerais para embasar qual será o valor do



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

salário definido para toda a equipe do termo de parceria. O prazo de 12 meses é o prazo de validade da pesquisa para que seja considerada uma pesquisa atual. A pesquisa pode ser realizada em institutos de pesquisa reconhecidos, envolvendo pesquisas gratuitas e/ou pesquisas pagas.

Questionamento 2: Marta Lima - Marta Amelia Moreira Santos Lima – ISAL – É preciso ter somente a certificação de OSCIP do Estado? Se tiver a Federal não pode?

Resposta: Amanda Moura Farnezi - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - Seplag/MG – Sim, para celebrar Termo de Parceria com o Estado de Minas Gerais é preciso que a OSCIP seja qualificada no Estado de Minas Gerais, pela Seplag, tendo em vista a Lei Estadual nº 23.081, de 10/08/2018, que dispõe sobre o Programa de Descentralização da Execução de Serviços para as Entidades do Terceiro Setor e dá outras providências. A qualificação como OSCIP estadual somente será exigida para a celebração do termo de parceria. Findada a seleção pública, a entidade mais bem classificada poderá ser convocada para celebrar o termo de parceria e, ao comparecer, deverá apresentar a qualificação como Oscip ou solicitá-la no prazo definido em edital, caso não possua. A qualquer momento, inclusive, qualquer entidade pode requerer o pedido de titulação de OSCIP no Estado de Minas Gerais, para a Seplag, não sendo necessário aguardar ao final da seleção.

Questionamento 3: EVALDO LUIZ DA SILVA, FUNAP/SP – no anexo II do Termo de Parceria – Programa de Trabalho, no item 2. Quadro de Indicadores, na proposta de QUADRO DE INDICADORES PARA O PROGRAMA DE TRABALHO, os itens produzidos nas Oficinas Permanentes já têm uma destinação definida?

Resposta: Maristela Esmério de Andrade Pessoa – Sejusp – Todos os itens descritos são para uso do próprio sistema prisional, para que seja cada vez mais autossustentável.

Questionamento 4: EVALDO LUIZ DA SILVA, FUNAP/SP – no anexo II do Termo de Parceria – Programa de Trabalho, no item 2. Quadro de Indicadores, na proposta de QUADRO DE INDICADORES PARA O PROGRAMA DE TRABALHO, os itens produzidos nas Oficinas Permanentes não serão comercializados?

Resposta: Maristela Esmério de Andrade Pessoa – Sejusp – No momento os itens não serão comercializados, mas no futuro em uma análise conjunta entre Sejusp e OSCIP, poderá existir tal possibilidade, caso novos produtos venham ser produzidos e/ou excedentes das Oficinas Permanentes que já estiverem implementadas. Inclusive, um dos produtos a ser entregue pela OSCIP é a criação de página e-commerce para venda de possíveis produtos produzidos nas Oficinas Permanentes.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Amanda Moura Farnezi - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - Seplag/MG-
complementa: O recebimento e distribuição dos itens produzidos nas Oficinas Permanentes
será feito pela própria Sejusp.

Questionamento 5: EVALDO LUIZ DA SILVA, FUNAP/SP – Os indivíduos privados de liberdade
receberão remuneração?

Resposta: Maristela Esmério de Andrade Pessoa – Sejusp – No momento, não há a previsão
orçamentária para a remuneração pela OSCIP, já que o valor destinado para a parceria
corresponde ao utilizado atualmente para a oferta de capacitação e Oficinas Permanentes,
segundo a Ação 4348 – CUSTÓDIA E RESSOCIALIZAÇÃO DOS PRESOS do Plano Plurianual de Ação
Governamental – PPAG. No futuro, caso haja ampliação do recurso, através de venda dos
produtos, essa possibilidade será considerada. O trabalho para a produção dos itens descritos
no edital é considerado em prol da própria unidade, tendo em vista que os itens produzidos
são de uso interno.

Questionamento 6: Enéas Alessandro da Silva Melo - Instituto Minas Pela Paz – Poderá haver
subcontratação de entidade qualificada legalmente para ministrar os cursos?

Resposta: Maristela Esmério de Andrade Pessoa – Sejusp – Sim, poderá haver subcontratação
de entidade qualificada legalmente para ministrar os cursos, por parte da OSCIP.

Por fim, diante da ausência de outros pedidos de esclarecimentos pelos presentes, às
15h37min, a **Sra. Maristela Esmério de Andrade Pessoa**, declarou encerrada a sessão pública
de esclarecimentos sobre o Edital DEPEN Nº 01/2025 e informou que esta Ata será
disponibilizada no sítio eletrônico do DEPEN, junto aos demais documentos do referido edital.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

LISTA DE PRESENÇA

NOME	INSTITUIÇÃO
Evaldo Luiz da Silva	FUNAP/SP
Antônio Claret de Assis Junior	Instituto Social Acreditar e Lutar - ISAL
Enéas Alessandro da Silva Melo	Instituto Minas Pela Paz
Gabriela Consolaro Nabozny	AVSI Brasil
Marta Amelia Moreira Santos Lima	ISAL
Amanda Moura Farnezi	Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - Seplag/MG
Vanessa Pereira dos Santos Garcia	Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG/MG
Karol Oliveira de Amorim Silva	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública
Ana Cecília Medeiros Toledo	Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG/MG
Ury Ribeiro Chagas	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública
Maristela Esmério de Andrade Pessoa	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública
Vanessa Rodrigues Rabelo	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública